



XVII COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA

Universidade, desenvolvimento e futuro na Sociedade do Conhecimento

Mar del Plata – Argentina
22, 23 e 24 de novembro de 2017
ISBN: 978-85-68618-03-5



COMO O ESTUDO DA AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE EXTENSIONISTA PODE TRAZER CONTRIBUIÇÕES SIGNIFICATIVAS PARA A EXTENSÃO INSTITUCIONAL

CRISTINA MISSAO BORILLE KUBA

Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC

cristinakuba@gmail.com

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de analisar o processo de avaliação da atividade extensionista feita por servidores, no contexto da política institucional de extensão do Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC. Assim, o referencial teórico é apresentado em contextos sobre políticas públicas de extensão e em uma abordagem institucional que remete ao estudo de caso do trabalho. E inclui também o processo de avaliação institucional de atividade extensionista. A metodologia de pesquisa escolhida é do tipo descritiva, em uma abordagem qualitativa do tipo estudo de caso pela escolha específica do IFSC. Os procedimentos técnicos adotados para a investigação foram a revisão bibliográfica, a pesquisa documental e a aplicação de um questionário semi-estruturado em uma entrevista presencial. Os principais resultados apresentados demonstram que o relatório final, por mais detalhado que possa estar, nem sempre consegue traduzir toda a realidade da execução e dos resultados do projeto. Como recomendação ampliar a pesquisa e o estudo no campo de avaliação de impacto produzido pelos projetos de extensão, bem como quanto aos tipos de impactos produzidos, se incluso ou não, os possíveis desdobramentos, ou seja, ações que frutificaram pela realização do projeto na mesma comunidade.

Palavras chave: Extensão. Relatório. Avaliação da extensão.

1 INTRODUÇÃO

O autor americano Clark Kerr, em sua obra *Os usos da Universidade*, ao prospectar cenários para diversas épocas educacionais americanas, introduziu a visão de universidade como multiversidade, uma instituição pluralista em vários sentidos e com vários propósitos. É uma instituição que serve a muitos públicos (docentes, alunos, servidores, agências de fomento, comunidade) e possui muitas estruturas, sejam físicas, corporações de alunos, de docentes e de servidores, comunidade externa, agências de fomento, governo e atores políticos. A extensão é enxergada como o elo que liga a universidade à comunidade para a resolução de seus anseios (KERR, 2005).

O modelo americano influenciou a construção do modelo brasileiro de universidade, principalmente após reformas de 1960, quando o modelo de universidade de pesquisa científico- tecnológica chegou ao Brasil. Nessa época, convidados pelo Presidente Juscelino Kubitschek a desenhar um novo modelo de educação superior para a Universidade de Brasília - UnB, Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, conceberam-na para se tornar o primeiro centro acadêmico de um novo modelo civilizatório para o Brasil. O diferencial no projeto original da UnB foi uma influência realmente muito forte do modelo flexneriano de universidade, ou seja, do pragmatismo norteamericano com uma adaptação em superação dos defeitos do sistema departamental norte-americano, ajustando-o a uma realidade menos especializada e mais carente de recursos (ALMEIDA FILHO, 2007).

Retomando o cenário e o autor americano, em sua obra, Kerr (2005), foi apresentado alguns desafios da universidade para o período de 1990 a 2015. Um deles é específico para a extensão como uma das partes do tripé da indissociabilidade (ensino, pesquisa e extensão). Quer dizer a universidade deve pensar em uma maior integração com a comunidade externa para ampliar suas fronteiras, melhor se relacionarem com governos e atores políticos, implantar escolas e trabalhar com escolas do Estado por meio dos serviços da extensão e estações experimentais. A extensão ganharia espaço em virtude das necessidades de reformas pelas quais a universidade de pesquisa passava (KERR, 2005).

Esses desafios não são tão diferentes assim no Brasil. Corroborando com essa ideia de maior espaço para a extensão na universidade, o autor Renato Janine Ribeiro, ao escrever o prefácio do livro *Universidade Nova*, do professor Naomar de Almeida Filho, faz uma analogia da extensão como sapo e, pesquisa, como príncipe. Essa significação não é à toa. As universidades começaram a se consolidar como instituições de pesquisa praticamente desde o seu surgimento. A extensão, por outro lado, é mais recente na história mundial, iniciando no modelo de universidade americana. Enquanto a tradição era na consolidação do modelo europeu, principalmente o alemão, com priorização da universidade da pesquisa (ALMEIDA FILHO, 2007; KERR, 2005).

Por que a extensão foi classificada como sapo? Porque a pesquisa é aquela que descobre, inventa, cria. E, a extensão, era entendida como mera difusora do conhecimento, aquela que transmite conhecimento para quem está fora da universidade. Para uma boa universidade é importante que a articulação entre o sapo e o príncipe seja bem próxima, a ponto da universidade não se fechar em si mesma e deve possuir clareza sobre o que é sociedade e para qual e da qual ela vive, com o intuito de converter o sapo em príncipe (ALMEIDA FILHO, 2007).

A área de extensão vai ter no futuro próximo um significado muito especial. A reforma da universidade deve conferir uma nova centralidade às atividades de extensão, com implicações no currículo e carreiras dos docentes, e concebê-las com uma participação ativa da construção da coesão social, no aprofundamento da democracia, na luta contra a exclusão social e a degradação ambiental, na defesa da diversidade cultural. Esta é uma área que, para

ser levada a cabo com êxito, exige cooperação intergovernamental dos ministérios. A extensão envolve uma vasta área de prestação de serviços e os seus destinatários são variados: grupos sociais populares e suas organizações; movimentos sociais; comunidades locais ou regionais; governos locais; o sector público; o sector privado (SANTOS, 2008)

Contudo, a extensão, embora possua muitos desafios futuros, tem a sua consolidação marcada como parte integrante do tripé universitário e como uma função relevante de ampliar as fronteiras da universidade na sociedade, uma vez que no artigo 207 da Constituição Federal (BRASIL, 1988) há o estabelecimento de que as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e devem obedecer ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Desta forma a extensão se consolidou como garantia do Estado.

Os Institutos Federais de Ciência e Tecnologia, incluindo o de Santa Catarina (IFSC), foram criados pela Lei 11.892/2008 e, como instituição de ensino superior também têm o tripé universitário. Em seus regimentos os institutos têm como uma das finalidades desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos.

A extensão universitária ou extensão tecnológica (feita pelos institutos federais) é um caminho que propicia desenvolver uma formação completa por meio de interação dialógica entre a instituição e a sociedade e permite a construção de novos conhecimentos.

Nesse sentido, dada a sua relevância, o objetivo deste trabalho o de analisar o processo de avaliação da atividade extensionista feita por servidores, no contexto da política institucional de extensão do Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC,

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EXTENSÃO

No Brasil, a extensão universitária, passou a existir a partir da aprovação da Lei 5.540/68, que dentre outras inovações, implementou a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. A intenção da lei era a de promover uma reforma no ensino superior brasileiro, por isso extinguiu a cátedra (ícone do pensamento e do comportamento conservador na universidade); introduziu o regime de tempo integral e dedicação exclusiva aos professores; criou a estrutura departamental; dividiu o curso de graduação em duas partes - ciclo básico e ciclo profissional; criou o sistema de créditos por disciplinas; instituiu a periodicidade semestral e o vestibular eliminatório (BRASIL, 1968). Mas foi na promulgação da Constituição Federal do Brasil de 1988, em seu art. 207, ao estabelecer que as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e devem obedecer ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, que a extensão se consolidou como garantia do Estado. Assim iniciaram os trabalhos para a elaboração de políticas públicas que consolidassem esses princípios de forma prática e institucional na educação formal brasileira (BRASIL, 1988).

Após a promulgação da Constituição Federal (BRASIL, 1988), que em termos político-administrativos, o desenvolvimento de uma sociedade resulta de decisões formuladas e implementadas por governos de estados, em conjunto com as demais forças da sociedade, sobretudo a força do mercado. Para que as políticas públicas representem ações e mudanças efetivas, seus agentes precisam de teorias e modelos que os auxiliem a pensá-las e operacionalizá-las, como instrumentos práticos, uma vez que somos seres guiados por

orientações teóricas, de forma consciente ou não (HEIDEMANN, 2006).

Todavia, há diferença entre política e política pública. Heidemann (2006) ao comparar política com o conceito de política pública argumenta que tudo o que diz respeito à vida coletiva das pessoas, em sociedade e em suas organizações, seu conjunto de processos, métodos e expedientes usados por indivíduos e grupos de interesse para influenciar, conquistar e manter o controle, a segunda, é um conjunto de decisões inter-relacionadas, tomadas por um ator ou grupo de atores políticos, que se refere à seleção de objetivos e dos meios necessários para alcançá-los, no âmbito de uma situação específica em que o alvo dessas decisões estaria ao alcance dos mesmos atores. Em síntese, política pública inclui ao mesmo tempo dois elementos-chave: a ação e a intenção (HEIDEMANN, 2006).

É adequado salientar o processo de constituição de uma política pública que ocorre de forma desdobrada em estágios, tais como: o estabelecimento ou a montagem da agenda que é quando os problemas chegam a atenção dos governos; a formulação da política que é o modo como as propostas de política são formuladas dentro dos governos; a tomada de decisão política que é quando os governos adotam um curso de ação ou de inação; a implementação da política ou seja quando os governos dão curso efetivo a uma política; e, por fim, a avaliação da política que trata dos processos pelos quais tanto os atores estatais como os societários monitoram os resultados das políticas, podendo resultar daí uma reconceituação dos problemas e das soluções político-administrativas (HOWLETT, 2013).

Nessa configuração, que pode não seguir essa sequência linear, pode-se inferir que nem sempre se implanta uma política pública de forma célere. O tempo precisa ser relativizado considerando-se os atores e interesses envolvidos que montam a agenda. Já na etapa de avaliação de políticas, o autor, argumenta que é fundamental que ela tenha efetivamente o poder de produzir mudanças nas políticas. É uma etapa que verifica o funcionamento na prática e os meios que são empregados para que os objetivos sejam atendidos (HOWLETT, 2013).

Assim após a promulgação da Constituição Federal (BRASIL, 1988) em termos de políticas públicas educacionais, após um longo período de ampla discussão, é aprovada, em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, nº 9394 (BRASIL, 1996), que acerca do tripé universitário, apresenta no capítulo da educação superior, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição, como uma finalidade de promover a extensão, aberta à participação da população.

Como uma diretriz da LDB (BRASIL, 1996), as universidades, entendidas como instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, também se caracterizam, entre vários aspectos como o de estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão.

Na sequência das políticas públicas educacionais brasileiras, há o Plano Nacional de Educação – PNE (BRASIL, 2014), com validade decenal, cujas diretrizes incluem, dentre outras, a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação, melhoria da qualidade da educação, à promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do país. Essas diretrizes possuem metas e estratégias para alcançá-las. Uma das mais importantes metas que dizem respeito à extensão é a meta nº 12 de elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta (dentro do período de vigência do plano e no cumprimento das metas) e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta

por cento) das novas matrículas, no segmento público. Como uma das estratégias de cumprimento dessa meta há: assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social.

As metas estabelecidas no PNE 2014-2024 (BRASIL, 2014) originaram-se de processo histórico de demandas anteriores, quando o PNE 2010 já havia a questão emergencial e estratégica para o desenvolvimento do país em aumentar as matrículas no ensino superior público. O Brasil chegou em 2008 com apenas 10% dos jovens entre 18 e 24 anos no ensino superior quando a meta do Plano Nacional de Educação (PNE) é de 30% até 2010. O setor privado era o responsável por mais de 80% da oferta de vagas, mas com altas taxas de ociosidade e inadimplência, cujo resultado de aumento da oferta de vagas não coincidir com o aumento de matrículas (dados do INEP, 2005), ante a impossibilidade de a população arcar diretamente com os custos da educação superior privada (ALMEIDA FILHO, 2007).

Assim, o papel da extensão é relevante na contribuição do cumprimento das metas do PNE 2014-2024 (BRASIL, 2014) devido ao seu alcance junto à comunidade, além das fronteiras da universidade. Dessa forma torna-se importante estratégias que possam medir o impacto causado pela extensão.

2.2 PROCESSO DE AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO

A bibliografia sobre avaliação é vasta, uma vez que muitos são os modelos e técnicas a serem aplicadas. Para este trabalho não há pretensão de escolha do modelo mais adequado, pois o enfoque é no processo de avaliação do IFSC. De toda forma há alguns pontos de vista de autores de políticas públicas que são explorados para fundamentação do trabalho.

Um dos modelos de avaliação de impacto é utilizado para avaliação de projetos sociais. Nesse caso se aplicaria a temática extensão, uma vez que os projetos sociais também a compõe.

A avaliação de impacto prevê que o início é por um estudo preliminar, com monitoramento de indicadores de modo eficiente e objetivos claros previamente definidos. Ou seja que a avaliação de impacto é uma atividade que deve ser realizada no decorrer do ciclo do projeto. Para a autora Roche (2002) há 4 tipos de avaliação: externa, interna, mista e participativa. A avaliação externa é positiva devido a imparcialidade em relação ao projeto e sua escolha se justifica pelo conhecimento da metodologia de avaliação. Por outro lado, pode ocorrer demasiada valorização na metodologia em detrimento do conhecimento da situação focalizada pelo projeto. Já na avaliação interna, esse ponto negativo tenderia a não ocorrer porque os avaliadores internos possuem maior conhecimento acerca do projeto, ainda que possam, eventualmente, ter um risco de não imparcialidade. Nessa medida, a solução seria a avaliação mista que é executada por ambos os indivíduos com fins a minimizar as dificuldades encontradas. Ou a avaliação participativa cujo foco é a diminuição existente entre o avaliador e o beneficiário do projeto (ROCHE, 2002).

Segundo a concepção do autor argentino Vega (2009) a avaliação de impacto como um método a ser utilizado pela universidade, pois permitiria mensurar os reflexos das ações tomadas pela universidade que refletem diretamente na sociedade. Ainda que seja difícil de estabelecer quais seriam os indicadores, quais seriam os mais confiáveis a se utilizar em determinado cenário. Sugere que antes de consultar a sociedade, a universidade deve analisar os seguintes indicadores de parâmetros: a) práxis da política e qualidade da gestão; b) demandas culturais; c) situação educacional; d) situação das políticas públicas; e) qualidade

urbana; f) eficácia produtiva. É importante que o modelo avaliativo responda perguntas quanto ao nível que se avalia, responsabilidade primária da avaliação, foco do que se quer avaliar, variáveis e tempo estimado para avaliação (VEGA, 2009).

Outra corrente de pensamento para avaliação de projetos sociais defende a avaliação por triangulação de métodos que difere da avaliação participativa uma vez que o conjunto de elementos e procedimentos propostos é mais abrangente e complexo visto que reúne a presença do avaliador externo, as abordagens qualitativas e quantitativas, bem como a análise do contexto, das relações, da história, das representações e a participação (MINAYO, 2005).

Contudo, na área de gerenciamento de projeto, há várias etapas e, um projeto depois de alcançar ou vir a terminar de forma antecipada por decisão da equipe executora, requer encerramento, cujos indicadores foram definidos e organizados no início do projeto. A técnica exige que sejam coletados dados durante a execução do projeto para que no momento de realizar a avaliação desses indicadores seja possível retirar deles um grande número de informações. Surge, assim, a necessidade de se levantar os resultados do projeto, com indicadores coesos para divulgá-los de forma clara para toda a sociedade. Evidencia-se desta forma que a prática da avaliação seja participativa envolvendo a organização e seus participantes para que haja amadurecimento e aprofundamento na cultura de gerenciamento de projetos e na avaliação desenvolvida por estas organizações (CHIANCA; MARINO; SCHIESARI, 2001).

O processo de avaliação permite verificar a eficiência do projeto em termos do seu desempenho durante a execução e, também, a eficácia do mesmo em função dos impactos gerados e da contribuição do projeto para a sociedade (CHIANCA; MARINO; SCHIESARI, 2001).

A prestação de contas no encerramento do projeto precisa ser maior do que a ação de enviar um relatório com o detalhamento dos resultados e a correta aplicação dos recursos. Há a necessidade de ampla transparência. Atitude essa que a sociedade exige e que esta poderá ser transmitida com sucesso por meio da correta divulgação. (CHIANCA; MARINO; SCHIESARI, 2001).

É importante salientar que da avaliação pode se extrair as lições aprendidas, ou seja, o simples fato de produzir informações ao longo do projeto não significa que a avaliação e o encerramento serão bem executados, pois do que adianta documentos se não há intérpretes ou armazenamento adequado. É importante viabilizar a divulgação e o acesso de todos os dados gerados por meio das ações das organizações, sejam em projetos ou não, com o objetivo de garantir parte do sucesso de futuras atuações com as lições aprendidas no passado (CHIANCA; MARINO; SCHIESARI, 2001).

Já na área de extensão há entendimento de que os indicadores de extensão são indicadores sociais, por sua finalidade, pois são subsídios às atividades de planejamento público e formulação de políticas educacionais universitárias. Nesse contexto, os indicadores de extensão para as universidades e institutos federais têm sido discutidos e consolidados pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão (FORPROEX) como forma de institucionalizar e reconhecer as atividades de extensão, tanto em âmbito de cada instituição, quanto nacionalmente. Na prática, cada instituição estabelece seus indicadores conforme sua capacidade e organização. Demonstra com isso um grande desafio para as instituições na busca de garantir a consolidação de todos os indicadores possíveis, considerando quantidades, variedades e polissemias de ações e atividades de extensão (JANNUZZI, 2006).

A autora argumenta que o indicador social passou por um desenvolvimento contínuo, conceitual e metodológico, como forma de monitoramento do bem-estar e das mudanças sociais, permitindo uma análise informacional da realidade mais contextualizada e passível de

comparação de uma realidade social a partir dos anos 60. Sendo assim é um recurso utilizado para tornar concreta uma ideia abstrata ou um conceito importante da realidade de uma família, um grupo, uma região, etc, uma vez pode quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato. (JANNUZZI, 2006).

3 METODOLOGIA

A metodologia deste trabalho para se alcançar o objetivo de analisar o processo de avaliação da atividade extensionista feita por servidores, no contexto da política institucional de extensão do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) é a pesquisa qualitativa.

Quanto aos fins a pesquisa é descritiva porque seus dados foram analisados de forma indutiva.

A pesquisa é do tipo estudo de caso pela escolha específica do processo de avaliação de prática extensionista no IFSC. Segundo Yin (2010), o estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes.

Quanto aos procedimentos técnicos foram adotados para a investigação a revisão bibliográfica e documental, bem como um questionário semi-estruturado para a entrevista.

A pesquisa bibliográfica consiste na obtenção de dados através de fontes secundárias, ou seja, a coleta de dados pode ser feita em materiais publicados como: livros, periódicos científicos, revistas, jornais, teses etc. Já a pesquisa documental fundamenta-se na coleta de dados em documentos de arquivos públicos ou privados, documentos pessoais ou documentos institucionais (OTANI; FIALHO, 2011).

Para a entrevista foi selecionado um projeto de servidor que recebeu fomento do edital APROEX 01/2016 e que executou integralmente o projeto, incluindo o relatório final de prestação de contas.

Após, os dados coletados foram analisados no contexto do objetivo deste trabalho, cujas conclusões são apresentadas a seguir.

4 RESULTADOS

Ao se transpor uma política pública para a prática, sua materialização pode ocorrer por meio do estabelecimento de políticas institucionais a respeito da mesma temática. Nesse contexto, a exemplificação será da política institucional de extensão feita no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC).

Com base na lei de criação dos Institutos Federais (BRASIL, 2008), seção II, art. 6º, ressalta-se que as atividades de extensão devem beneficiar a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal. Assim, a extensão, no IFSC, é entendida como um processo educativo, cultural e científico que, articulada de forma indissociável ao ensino e à pesquisa, viabiliza a relação entre o IFSC e a sociedade.

O IFSC é uma instituição com 22 unidades espalhadas pelo Estado de Santa Catarina, acrescida de sua Reitoria e de uma unidade Centro de Referência em Formação e EaD. Possui como missão “promover a inclusão e formar cidadãos, por meio da educação profissional, científica e tecnológica, gerando, difundindo e aplicando conhecimento e inovação,

contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico e cultural”. E, neste contexto, possui como visão “ser instituição de excelência na educação profissional, científica e tecnológica, fundamentada na gestão participativa e na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

A política institucional de extensão do IFSC está materializada em diversos documentos. Em nível macro há o PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional (IFSC, 2014) que reforça que conjunto de atividades de extensão deve promover a articulação entre os saberes (acadêmico, científico e tecnológico) e a realidade socioeconômica e cultural da região.

No âmbito da Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas - PROEX do IFSC há duas resoluções que desdobram em níveis operacionais de execução a extensão feita na instituição. A primeira é a Resolução nº 40/2016/CS (IFSC,2016) que estabeleceu que os 10% devem ser em atividades de extensão em áreas de grande pertinência social, até o ano de 2024, conforme prevê o PNE 2014-2024 (BRASIL,2014). A segunda é a Resolução nº 61/2016/CS (IFSC,2016) que regulamenta as atividades de extensão, entendida como um processo educativo, cultural, político, social, científico e tecnológico que promove a interação dialógica e transformadora entre o IFSC e a sociedade de forma indissociável ao ensino e à pesquisa.

No cumprimento de sua missão e das políticas de extensão, o IFSC, possibilita a realização de atividades de extensão dos seguintes tipos: programa, projeto, curso, evento e produto. Essas atividades passam por um processo avaliativo e, após, se aprovadas, são registradas na Diretoria de Extensão da Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas (PROEX) do IFSC.

Especificamente o tipo projeto de extensão há as seguintes formas de origem: a) por edital fomentado com recursos da PROEX ou com recursos da unidade; b) por fluxo contínuo; c) quando houver a anuência da instituição na participação de um edital externo.

Para a etapa de avaliação de projetos de extensão por edital fomentado com recursos da PROEX, a técnica utilizada é a mista, ou seja, com avaliadores externos do banco de cadastro prévio e com avaliadores internos da equipe técnica da Diretoria de Extensão ou Comitê de Extensão, constituído em portaria.

Como o foco deste trabalho se restringe a análise da atividade de extensão do tipo projeto de extensão por edital fomentado com recursos da PROEX, verificou-se a existência da Resolução nº 24/2014/CS (IFSC, 2014) que regulamenta o Programa de Apoio a projetos de Extensão (APROEX) com os seguintes objetivos: a) viabilizar a participação de discentes e servidores do IFSC no processo de interação entre o IFSC e a sociedade, por meio de atividades acadêmicas que contribuam para o acesso ao saber; b) desenvolver ações institucionais que contribuam para a diminuição das desigualdades sociais, difusão artístico-cultural, incentivo as práticas esportivas e promoção da saúde; c) promover a interação transformadora entre o IFSC e os demais setores da sociedade; d) contribuir para a formação profissional e cidadã de estudantes do IFSC, em seus diferentes níveis, mediante a sua participação no desenvolvimento de projetos de Extensão; e) apoiar os processos educativos que estimulem a geração de trabalho e renda e a emancipação cidadã na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; f) fortalecer a institucionalização das atividades de Extensão no âmbito dos Câmpus do IFSC.

Até dezembro de 2016, a submissão de projetos para fomento do APROEX ocorria pela plataforma Sistema de Informação e Gestão de Projetos (SIGPROJ), disponibilizada gratuitamente pelo Ministério da Educação (MEC), cujo processo de avaliação era composto com um questionário que avaliava itens tais como: a) se o projeto tem como público-alvo a

comunidade externa e se ela tem participação ativa no projeto; b) a motivação ou a demanda presente na justificativa do projeto; c) se o projeto apresenta relação com a atividade de pesquisa ou de ensino no processo formativo; d) se os objetivos estão em conformidade com a linha de extensão proposta; e) se os objetivos e a metodologia estão definidos com clareza; f) se há previsão de desenvolvimento de produtos de extensão; g) se o método de avaliação e acompanhamento propostos estão adequados; h) se o projeto apresenta viabilidade de execução e se a carga horária estabelecida está de acordo; i) se há a previsão de parceria com outras instituições públicas ou privadas para o desenvolvimento do projeto; j) se o plano de trabalho do aluno envolvido no projeto e o cronograma de atividades estão adequados; j) considerações finais (IFSC,2016).

Conforme edital do APROEX 01/2016, após concluído o projeto de extensão, o coordenador e o aluno extensionista deveriam entregar relatório final das atividades também proposto na plataforma SIGPROJ com as seguintes informações: a) caracterização do projeto, incluindo resumo; b) informações sobre o público-alvo mencionando o quantitativo de público atingido e o percentual de público atingido em relação ao pretendido; c) objetivos propostos e objetivos realizados com a indicação do percentual de alcance dos mesmos; d) resultados da ação em termos de melhoria de infraestrutura, integração acadêmica, integração com as áreas de conhecimento e capacitação técnica-científica e descrição de resultados efetivos e eficientes; e) descrição dos impactos científico, tecnológico, ambiental, econômico e social; f) se gerou produtos e a natureza dos mesmos, tais como produção bibliográfica ou produção cultural; g) descrição e comprovação da aplicação dos recursos financeiros; h) descrição das mudanças ocorridas e dificuldades enfrentadas; i) conclusões e perspectivas; j) bibliografia utilizada; l) sugestões; m) dados da equipe; n) avaliação geral é um processo de autoavaliação do coordenador do projeto de extensão.

A partir da entrega dos relatórios finais eram extraídos os indicadores de extensão para prestação de contas institucional, principalmente quanto ao relatório de gestão a ser entregue aos órgãos de controle externos. Além disso, a entrega do relatório final, não insere o nome do servidor em lista de pendência com a PROEX para ser contemplado em outro edital de fomento caso seja aprovado.

A partir de janeiro de 2017 tanto a submissão de propostas quanto de relatórios passaram a ser feitos por meio do sistema integrado de gestão acadêmica, SIGAA, que incluiu como uma das etapas para finalização de um projeto a avaliação do relatório final pelo Comitê de Extensão, formalmente constituído.

Após essa etapa revisão documental, foi realizada a entrevista com o questionário semi-estrutura cujas respostas foram transcritas aqui. Esse questionário semi-estruturado teve a intenção de investigar a etapa do relatório final de execução de projeto de extensão não em termos de seus resultados, mas em termos de processo, como ocorreu a construção do relatório, se houve banco de dados de aprendizagem.

Nesse sentido, as questões formuladas foram: a) no seu ponto de vista que objetivos tem o relatório final de execução do projeto de extensão? b) de acordo com a sua concepção de avaliação de que poderiam ser medidos os reais impactos causados no público-alvo pela execução do seu projeto de extensão? c) durante a execução do projeto de extensão estava prevista etapa de avaliação. Na sua concepção de avaliação o relatório final incorporou os resultados obtidos na avaliação com o público impactado?

O respondente da pesquisa é servidor do IFSC, atualmente lotado em unidade de Florianópolis, mas a execução do projeto ocorreu em 2016 no município de Tubarão-SC. O projeto com o título Protegendo-se de ameaças de segurança da informação em uma escola pública foi executado em parceria com uma escola estadual ao lado da unidade do IFSC no

município.

Quanto a primeira questão o respondente acredita que o relatório final do projeto de extensão tem um caráter positivo, porque é possível relatar os resultados e as dificuldades encontradas. Pois ao escrever o projeto imaginou efetuar o levantamento de demandas e, quando essa etapa ocorreu na execução as necessidades mais importantes da escola eram diferentes das planejadas que necessitou de replanejamento das soluções.

Já, na segunda questão, o respondente acredita que os impactos no público-alvo foram significativos, principalmente quanto ao conhecimento técnico aplicado, a formação de pessoal da escola, as soluções de segurança da informação aplicadas e o laboratório montado.

Como resposta à terceira questão, o respondente afirmou que, por mais que se detalhe no relatório final nem sempre a realidade é totalmente refletida. Acredita que uma entrevista como esta ajuda a compreensão como de fato ocorreu a execução do projeto. Em relação a avaliação feita pela público-alvo acredita que foi possível perceber os impactos pelos agradecimentos recebidos da comunidade. Acredita também que a execução do projeto em parceria com a escola possibilitou desdobramentos de outras ações. Entretanto são resultados posteriores à etapa de relatório final.

5 CONCLUSÃO

Este trabalho se propôs a analisar o processo de avaliação da atividade extensionista feita por servidores, no contexto da política institucional de extensão do Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC.

Como uma das etapas dos procedimentos metodológicos foi construído um questionário semi-estruturado com a intenção de investigar a etapa do relatório final de execução de projeto de extensão não em termos de seus resultados, mas em termos de processo, como ocorreu a construção do relatório. E se isso gerou algum banco de aprendizagem para a extensão da instituição.

Até dezembro de 2016, a submissão de projetos para fomento do APROEX ocorria pela plataforma Sistema de Informação e Gestão de Projetos (SIGPROJ), disponibilizada gratuitamente pelo Ministério da Educação (MEC) e, a partir de janeiro de 2017, passou a ser pelo sistema integrado de gestão - SIGAA, adquirido e implantado pelo IFSC. Essa mudança incluiu como uma das etapas para finalização de projeto de extensão a avaliação do relatório final pelo Comitê de Extensão. Isso significa que não foi possível identificar a existência ou não de banco de aprendizagens formal considerando que com a utilização da plataforma SIGPROJ a etapa de avaliação do relatório final não era obrigatória.

Nos resultados verificou-se que nem sempre o relatório final, por mais detalhado que possa estar, consegue traduzir toda a realidade da execução e resultados do projeto. Além disso, há outros desdobramentos *a posteriori* que podem não ser relatados.

Assim, como possível recomendação, seja ampliar a pesquisa e o estudo no campo da avaliação de impacto produzido pelos projetos de extensão, bem como quanto aos tipos de impactos produzidos, se incluso ou não, os possíveis desdobramentos, ou seja, ações que frutificaram pela realização do projeto na mesma comunidade.

Contudo, o objetivo deste trabalho pode ser considerado atingido por trazer significativas inferências e informações acerca do processo de avaliação da extensão. Enquanto servidora pesquisadora da temática há a percepção pela observação empírica de que o caminho, embora longo, possa trazer muitas contribuições para a extensão e para a instituição.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, Naomar de. **Universidade Nova: textos críticos e esperançosos**. Brasília - DF: Editora Universidade de Brasília; Salvador: EDUFBA, 2007.

BRASIL. **Lei Nº 5.540, de 28 de novembro de 1968**. Lei Básica da Reforma Universitária.

_____. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Belém: Basa, 1988.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, n. 248, 23 dez. 1996.

_____. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 30 dez. 2008.

_____. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 26 jun. 2014.

CHIANCA, Thomaz; MARINO, Eduardo; SCHIESARI, Laura. **Desenvolvendo a cultura de avaliação em organizações da sociedade civil**. São Paulo: Global, 2001.

IFSC, **Resolução nº 61/2016**. Disponível em <http://cs.ifsc.edu.br/portal/files/consup_resolucao61_2016_extensao.pdf>. Acesso em 13 de junho de 2017.

IFSC. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2014)**. Disponível em <<http://pdi.ifsc.edu.br>>. Acesso em 15 de junho de 2017.

IFSC. **Resolução nº 40/2016/CS**. Disponível em <http://www.ifsc.edu.br/arquivos/extensao/consup_resolucao40_2016_curriculariza%C3%A7ao_extens%C3%A3o.pdf> Acesso em 14 de junho de 2017.

HEIDEMANN, Francisco G. **Políticas Públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 3ª Edição, 2014.

HOWLETT, Michael. **Política Pública: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

KERR, Clark. **Os usos da universidade**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005.

JANNUZZI, Paulo de M. **Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações**. Campinas: Editora Alínea/PUC-Campinas, 2006

OTANI, Nilo; FIALHO, Francisco Antônio Pereira. **TCC: métodos e técnicas**. Florianópolis: Visual Books, 2011.

SANTOS, Boaventura de S. **A Universidade no Século XXI: Para uma Universidade Nova**. Coimbra, 2008.

ROCHE, Chris. **Avaliação de impacto dos trabalhos de ONGs: aprendendo a valorizar as mudanças**. São Paulo: Cortez, ABONG; 2002.

VEGA, Roberto Ismael. **La gestión de la universidad. Planificación, estructuración y control**. (Investigaciones y Ensayos). Buenos Aires: Biblos, 2009.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.